



Turismo comunitário e desenvolvimento na perspectiva dos quilombolas no Parque Estadual do Jalapão (TO) e adjacências

Community tourism and development from quilombola's perspective in the Jalapão State Park (TO, Brazil) and surroundings

Eduardo Gomes Paulino, Alex Pizzio

RESUMO: O aumento da dinâmica econômica, permeada por uma nova lógica ditada pelo setor de turístico, tem-se apresentado como alternativa para o desenvolvimento da região. Este estudo analisou de que maneira a intensificação da atividade turística tem impactado nos modos de vida comunitários e no uso dos recursos sociocomunitários no território do Jalapão, estado do Tocantins. Teve-se como recorte a comunidade quilombola de Mumbuca, sobreposta pelo Parque Estadual do Jalapão - PEJ, localizado no município de Mateiros; e a comunidade quilombola do Prata, no município São Félix do Tocantins. Metodologicamente utilizamos entrevistas e observação etnográfica, além de revisão da literatura. Os resultados apontam que a atividade turística tem sido um importante elemento indutor da melhoraria na economia local e da qualidade de vida dos comunitários. No entanto, a análise apontou que a intensificação do turismo no território tem alterado os modos de vida e os usos dos recursos sociocomunitários das comunidades, gerando novas demandas e conflitos outrora inexistentes.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Comunidade Quilombola; Parque Estadual do Jalapão; Recursos Sociocomunitários; Alternância Relacional.

ABSTRACT: The increase in the dynamic economy permeated by a new logic dictated by the tourist sector, has presented itself as an alternative for the region's development. This study analyzed how the tourist activity intensification has impacted on communities's lifestyle and on the use of socio-community resources in the territory of Jalapão, state of Tocantins, having as a profile the Mumbuca and Prata quilombola's communities overlaid by the Jalapão's State Park – PEJ, located in the municipalities of Mateiros and São Félix from Tocantins (Brazil). Methodologically were used interviews and ethnographic observation techniques besides literature review. The results point to the tourist activities has been a important element that an inducer of improvement in the local economy and in the quality's life of the subjects. However, the analysis pointed out that the tourism's intensification in the territory has changed the lifestyle and the socio-community's resources uses in the communities generating new demands and conflicts that did not exist before.

KEYWORDS: Tourism; Quilombola Community; Jalapão State Park; Socio-Community Resources; Relational Switching.

Introdução

O turismo brasileiro, nas duas últimas décadas, tem recebido investimentos estatais e privados. Como importante setor econômico, tem no Plano Nacional de Turismo (PNT), o norteador para as políticas públicas de desenvolvimento como forma de dinamizar as economias regionais, objetivando a geração de emprego e renda. Essa mudança de postura por parte do poder público em relação ao setor turístico já vem sendo acompanhada por pesquisadores do tema.

Destacamos a região turística do Jalapão, que em 2007, por meio do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo (Mtur), foi definida como “Encantos do Jalapão”, sendo um dos mais importantes polos de turismo no estado, com destaque para as áreas de Ecoturismo e Aventura, Artesanato e Cultura.

O estudo foi realizado na região denominada “Encantos do Jalapão”, situada no leste do estado do Tocantins, distante 305 Km da capital Palmas, limítrofe com os estados da Bahia, Piauí e Maranhão e compreendendo os municípios de Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, São Félix do Tocantins, Lizarda, Rio Sono e Santa Tereza do Tocantins. A região constitui-se como o mais importante polo turístico do estado. Para viabilizar a pesquisa fizemos um recorte da região, dado a abrangência do território, e definimos para o estudo as comunidades quilombolas de Mumbuca e Prata, localizadas nos municípios de Mateiros e São Félix do Tocantins, respectivamente.

Excepcionalmente na região turística do Jalapão, a atividade de turismo seguiu no sentido ascendente e, apesar do cenário desfavorável provocado pela pandemia da Covid-19, observou-se um acréscimo no percentual de visitantes. Conforme os dados do Observatório do Turismo, em 2012, foram registrados 6.464 turistas visitando as Dunas do Jalapão, um dos atrativos mais visitados nessa região e ponto de controle do fluxo de visitantes, que é realizado pela equipe do Parque Estadual do Jalapão (PEJ). Já nos anos de 2018 e 2019, foram registrados 34.572 e 38.470 mil turistas respectivamente, alcançando em 2021 o registro de 58.644 mil turistas, o que representa 907% de aumento no período (TOCANTINS, 2021).

O aumento crescente no número de turistas que visitam a região se materializa pela junção dos fatores destacados: os investimentos em marketing para a promoção do destino por parte do Estado do Tocantins; a diversidade dos recursos naturais preservados; a singularidade e riqueza cultural do território do Jalapão. Aliada a estes fatores está a conjuntura de retração da economia nacional nos últimos anos, que tem provocado a desvalorização da moeda interna frente ao dólar, encarecendo as viagens internacionais e contribuindo para o aquecimento do turismo interno.

Esses números representam o aumento expressivo da atividade econômica dinamizada pelo turismo, o que resulta na instalação de pequenos e médios negócios de hospedagem, alimentação, agências de viagem e serviços de guia, gerando emprego e renda. Dessa forma, a dinâmica econômica da região encontra-se em plena mudança e expansão, permeada por uma nova lógica econômica ditada pelo setor turístico, o qual tem-se apresentado como alternativa para o desenvolvimento regional.

Percorso metodológico

Metodologicamente, foram escolhidas técnicas de coleta de dados por meio de revisão da literatura, entrevistas aprofundadas e observação etnográfica, tendo como objetivo compreender as principais alterações nos modos de vida das comunidades a partir da intensificação da atividade de turismo na região do Jalapão. Foram realizadas 06 incursões nas respectivas comunidades para convívio e observação etnográfica, além de contato via telefone com os interlocutores.

Nesse sentido, a observação etnográfica foi importante para verificar como acontecem as relações comunitárias, como se dá a dinâmica da comunidade e, por um período determinado, vivenciar a realidade dos atores locais.

Para a coleta de dados mediante entrevistas, inicialmente, foram realizadas rodas de conversa com as lideranças das respectivas comunidades para apresentação da pesquisa e definição dos seus interlocutores representantes. Esses interlocutores foram escolhidos(as) a partir do engajamento dentro da temática do turismo e pela relevância no acompanhamento das políticas públicas de desenvolvimento local, totalizando seis interlocutores na comunidade quilombola de Mumbuca e três interlocutores na comunidade quilombola do Prata, dentre eles: lideranças, representantes das associações de artesãos, acadêmicos, donos de empreendimentos turísticos e agentes políticos – dentre estes estavam anciãos, adultos e jovens, ampliando dessa forma a diversidade geracional.

A utilização do questionário foi conduzida in loco com os moradores de ambas as comunidades, colhendo informações e observando as falas concernentes aos objetivos da pesquisa, de modo a dialogar e problematizar a temática da pesquisa e, enfim, evidenciar a participação dos atores locais no âmbito do turismo como instrumento de desenvolvimento, envolvimento e mudança.

O turismo comunitário e de base comunitária

O turismo brasileiro, enquanto setor econômico, tem sido reconhecido pelo poder público como gerador de divisas e promotor do desenvolvimento regional, capaz de gerar oportunidades de trabalho, renda e de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais em diferentes pontos do território nacional (BRASIL, 2009; BARTHOLO, BURSZTYN, DELAMARO, 2009).

Nos últimos anos, as políticas de desenvolvimento do turismo têm adotado postulados de sustentabilidade, buscando assegurar a promoção e a produção de benefícios direcionados às comunidades locais, requerendo destas uma participação ativa nesse processo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Destarte na “esfera de políticas públicas para o setor de turismo, alguns trabalhos iniciam, criticamente, a análise das propostas governamentais para a área de turismo no âmbito de políticas públicas” (IRVING, 2009, p. 110).

A atividade de turismo, para além de um setor produtivo da economia que gera receita, extrapola seu alcance para as relações sociais e culturais, implicando em mudanças na forma das relações e no comportamento dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com a atividade.

O turismo como prática social e uma atividade econômica,

na maioria das vezes, impõe-se aos lugares, não se dá sobre espaços vazios e sem donos [...] não são apenas Estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares (CRUZ, 2009, p. 86).

Diversos autores discorrem sobre o tema do Turismo de Base Comunitária (TBC), buscando abordar a relação entre o turismo e as comunidades locais receptoras, componentes de conservação ambiental e valorização da identidade cultural sendo: MALDONADO, 2009; BARTHOLO, 2009; ZAOUAL, 2009; BARTHOLO, BURSZTYN, DELAMARO, 2009; CRUZ, 2009; IRVING, 2009; SANSOLO, 2009; CORIOLANO, 2009; SAMPAIO, 2010; dentre outros.

O turismo rural comunitário (TRC) é um fenômeno recente na América Latina, sendo que suas primeiras incursões de comunidades isoladas são datadas em meados dos anos 80. Para o autor esse movimento é o embrião do turismo de base comunitária (TBC) e se constitui através das experiências turísticas associadas a biodiversidade natural e o patrimônio cultural das comunidades rurais, em especial as comunidades indígenas e tradicionais. [...] Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (MALDONADO, 2009, p. 26-31).

O turismo comunitário, segundo Coriolano (2009), não é um segmento, mas sim um modelo de turismo que é uma atividade econômica feita de forma convencional e de forma comunitária. Ou seja, o TBC é um modelo alternativo de desenvolvimento do turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010a; 2010b).

Enquanto Maldonado (2009) caracteriza o TBC como um segmento de mercado turístico especializado destinado a pequenos grupos de viajantes em busca de experiências novas e enriquecedoras, os quais valorizam as vivências culturais endógenas e a paisagem natural preservada, aliadas a um pagamento justo das atividades oferecidas pela comunidade receptora. Ainda para o autor, esse segmento contrapõe-se ao turismo de massa, impessoal e que maximiza os lucros. O autor afirma que *“os princípios sobre os quais o turismo se baseia nas comunidades derivam da visão do mundo (cosmovisão) que estas possuem, ou seja, uma visão holística onde o homem e a natureza formam parte de uma unidade total e indivisível”* (MALDONADO, 2009, p. 30).

Para Yúdice (2013), a cultura se tornou um recurso que gera e atrai investimentos e desenvolvimento econômico e turístico, sendo o capital cultural uma complementação do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Sampaio (2005) alerta que:

O turismo comunitário, para merecer esse nome, primeiro [...] deve ter como selo o mais profundo respeito à integridade, à individualidade, à discrição e à privacidade das pessoas que são os habitantes dos lugares onde se visita. Quem organiza esse turismo, deve transmitir isso ao visitante. E esse é um elemento fundamental de sustentabilidade (SAMPAIO, 2005, p. 15).

O Turismo de Base Comunitária significa o encontro e a oportunidade de experiências compartilhadas. Para Jovchelovitch *apud* Irving (2009, p. 111), “é no encontro que saberes sociais se produzem e são renovados laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento”.

Para que o encontro aconteça, atores locais e turistas seriam agentes e sujeitos da ação. Nessa perspectiva, interpretando o turismo sob a teoria da dádiva, o objetivo é que seja produzido, entre as pessoas envolvidas, um sentimento de amizade (MAUSS, 2003). Para o autor, as trocas são simultaneamente voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas. A tese fundamental do ensaio de Mauss (2003) é que a vida social se constitui por um constante dar, receber e retribuir.

Portanto, o TBC tende a ser o tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e os laços sociais, o sentido coletivo de vida em sociedade e que, por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido da inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (IRVING, 2009, p. 111).

O turismo de base comunitária, tendo raiz em um processo situado de desenvolvimento, é uma modalidade sustentável de turismo com foco no bem-estar e na geração de benefícios para a comunidade onde ele acontece. Ou seja, “o turismo situado organiza o intercâmbio intercultural e assegura as durabilidades sociais e ecológicas” (ZAOUAL, 2009, p. 70). A nova demanda turística é uma demanda existencial, pois na realidade essa nova forma de turismo é um “mercado de crenças sociais” (ZAOUAL, 2009, p. 70-71). A centralidade dos atores e do saber local, sob a ótica do conceito de desenvolvimento situado, é reforçada no processo de transformação de sua realidade (BARTHOLO; BURSZTYN; DELAMARO, 2009).

Além disso, o “turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar” (BARTHOLO; BURSZTYN; DELAMARO, 2009, p. 85.). Dessa forma, entende-se como premissa essencial que ele se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, capacidade de carga, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas (IRVING, 2009).

Como já visto, Maldonado (2009) ressalta que ao serem valorizados patrimônios ambientais e acervos culturais, isso pode trazer vantagens competitivas para os negócios das comunidades. Nessa perspectiva, Alcântara e Sampaio (2019, p. 20) corroboram que “a adoção de ações ecossocioeconômicas garante a médio e longo prazo condições sustentáveis para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana”.

Sampaio *apud* Alcantara e Sampaio (2019), afirma que o turismo comunitário não só integra vivências, serviços de hospedagem e alimentação, mas também se coloca como um subsistema integrado com educação, saúde e meio ambiente, ou seja, fazendo parte do desenvolvimento sustentável, que o autor chama de desenvolvimento territorial sistêmico partindo da própria comunidade. Ao que Irving (2009) afirma que:

o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica [...] embora frequentemente atores externos

funcionem como “indutores” do turismo de base comunitária, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo (IRVING, 2009, p. 112)

Lima *apud* Fabrino, Nascimento e Costa (2016), entretanto, alerta haver potencial entre o turismo e o desenvolvimento, mas que esse não ocorreria de forma automática:

Ao contrário de outras atividades econômicas que podem ser analisadas numa perspectiva estritamente local - como é o caso da pesca, da agricultura de subsistência e de atividades voltadas para as necessidades de um pequeno grupo social em geral - O turismo se caracteriza como um sistema local-global, exigindo um forte enraizamento local, e ao mesmo tempo, uma dinâmica global das atividades turísticas integradas às demais atividades e setores. Nesse caso, o turismo sempre depende de um contexto externo para desenvolver-se “internamente”. Dessa forma, duas questões são apontadas como sendo de grande relevância: a integração entre as escalas dos fenômenos (local, regional, nacional e global e vice-versa) e, de forma associada, a integração intersetorial das atividades econômicas e sociais (por exemplo: turismo, agroindústria, infraestrutura, educação, cultura, segurança etc.) (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016, p. 176).

Pensando sobre o turismo de base comunitária e as reflexões sobre as novas formas de se pensar o desenvolvimento, vale destacar algumas questões importantes feitas por Sachs (2008): como garantir a participação da comunidade local nas atividades do turismo? Como isso está acontecendo? Em qual medida? Caminha-se no sentido da necessidade de oportunizar os pequenos produtores das comunidades tradicionais para o aperfeiçoamento das suas atividades mediante treinamento, congregando tecnologia mista. Assim, “*pode-se falar em tecnologias combinadas, levando-se em conta todo o espectro disponível, desde o conhecimento indígena até as invenções mais sofisticadas*” (SACHS, 2008, p. 55).

A enorme diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micro e mesorregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento. Para serem eficazes, estas estratégias devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade [...] deve-se garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento (SACHS, 2008, p. 60).

Para esse autor, o incentivo à agricultura familiar, ao artesanato e a atividade turística são importantes fontes de geração de emprego decente, assegurando simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico.

A política de regionalização do turismo no Jalapão

A Política Nacional de Turismo com enfoque territorial teve seu início com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994. Implementado na época pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o programa foi criado com enfoque no desenvolvimento do turismo em âmbito municipal (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013).

Como transição ao modelo até então adotado pela PNT, no ano de 2004 foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que passa a apresentar a política pública de turismo com enfoque territorial. Tendo no Plano Nacional do Turismo 2003-2007 a determinação dos macros programas estruturantes “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”, o Programa norteou a sua execução de forma descentralizada e regionalizada, com planejamento coordenado e participativo, no intuito melhorar os índices socioeconômicos do território (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013).

A PNT 2003-2007 apresentou uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, buscou a desconcentração de renda por meio da regionalização, da interiorização do desenvolvimento e da segmentação da atividade turística. Nessa linha, o Programa de Regionalização adotou um caráter transversal como política estruturante da gestão, como a ampliação da participação e do diálogo com a sociedade, na busca da redução das desigualdades sociais e regionais:

A regionalização, proposta como política pública de turismo significa olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. [...] Essa visão se alinha a tendências internacionais que buscam um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 12).

No contexto do turismo, a política pública é entendida por Cruz (2002), como um conjunto de diretrizes e estratégias estabelecidas e ações definidas no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística em um dado território. Nesse sentido, em 2008, foi sancionado um importante marco legal, a Lei do Turismo n.º 11.771, que se tornou referência na gestão pública do setor. A lei “traz no seu escopo o marco regulatório definindo competências e responsabilidades do poder público e de toda a cadeia produtiva do turismo, garantindo a gestão ética, responsável, transparente e cidadã” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p.19).

O modelo de gestão descentralizada do turismo, implantado no país pelo Ministério do Turismo e apoiado por seus colegiados parceiros, proporciona que cada unidade federada, região e município busquem suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades. Desta forma, cada região turística planeja e decide seu próprio futuro de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional. Assim, “a regionalização, proposta como política pública de turismo significa olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 12).

O Programa contemplou representantes do poder público, empresários, a sociedade civil, as instituições de ensino e as organizações do terceiro setor das 27 Unidades da Federação para a definição da “região turística” distribuídas entre 219 regiões turísticas identificadas, somando 3.319 municípios. Esse processo deu origem ao Mapa da Regionalização do Turismo, ferramenta que tem o objetivo nortear as ações de programas e processos no âmbito do Ministério do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013).

O Mapa do Turismo Brasileiro é o instrumento instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo e orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. É o mapa que define a área – o recorte territorial – que deve ser trabalhada prioritariamente pelo M tur e pelo Sistema Nacional de Turismo.

O Tocantins se destaca por sua diversidade ambiental, beleza singular e riqueza cultural. O estado possui sete regiões turísticas que figuram no Mapa do Turismo Brasileiro, sendo: Serras Gerais; Encantos do Jalapão; Praias e Lagoas do Cantão; Serras e Lagos; Bico do Papagaio; Ilha do Bananal e Vale dos Grande Rios (TOCANTINS, 2016).

O Ministério do Turismo (M tur), por meio da Política Nacional de Turismo (PNT) 2007/2010 e do Programa de Regionalização do Turismo, define, no estado do Tocantins, a região “Encantos do Jalapão”, que figura no Mapa do Turismo Brasileiro congregando os municípios de Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta e São Felix do Tocantins, sendo posteriormente anexados Lizada, Rio Sono e Santa Tereza do Tocantins.

O Polo Jalapão está situado na região leste do estado, a 305 Km da capital Palmas, limítrofe com os estados da Bahia, Piauí e Maranhão. Dentre os municípios, Mateiros foi escolhido como um dos “65 Destinos Indutores” do programa de “Roteirização Turística” do M tur por contemplar grande parte dos atrativos consagrados do Jalapão (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007; TOCANTINS, 2014). A Figura 1 (próxima página) apresenta a localização dos atrativos do Polo Turístico do Jalapão.

Os 65 municípios indutores pertencem a uma das metas do Plano Nacional de Turismo de 2007/2010, a saber: estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007). Esses municípios foram priorizados pelo Ministério do Turismo para serem indutores do desenvolvimento turístico em suas respectivas regiões.

Para o Ministério do Turismo,

Os destinos indutores de desenvolvimento turístico regional deverão ser aqueles que possuem infra-estrutura básica turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos (BARBOSA, 2008, p. 18). Destaca-se, ainda, como aperfeiçoamento do Programa, a estratégia de definição dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, priorizados pelo Plano Nacional do Turismo 2007-2010. Este projeto foi composto por três etapas, executadas de forma sucessiva e complementar: 1^a) o Índice de Competitividade Nacional, pesquisa com a função de fornecer um

retrato detalhado do setor, possibilitando uma intervenção planejada nos municípios estudados; 2^{a)}) Gestão de Destinos, ação voltada ao auxílio para a elaboração e execução de planos estratégicos para o setor de turismo, priorizando políticas que focavam a competitividade no mercado; 3^{a)}) Sistema de Gestão dos Destinos, ferramenta desenvolvida para gerir as ações entre o Ministério do Turismo e os Destinos Indutores (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 19).

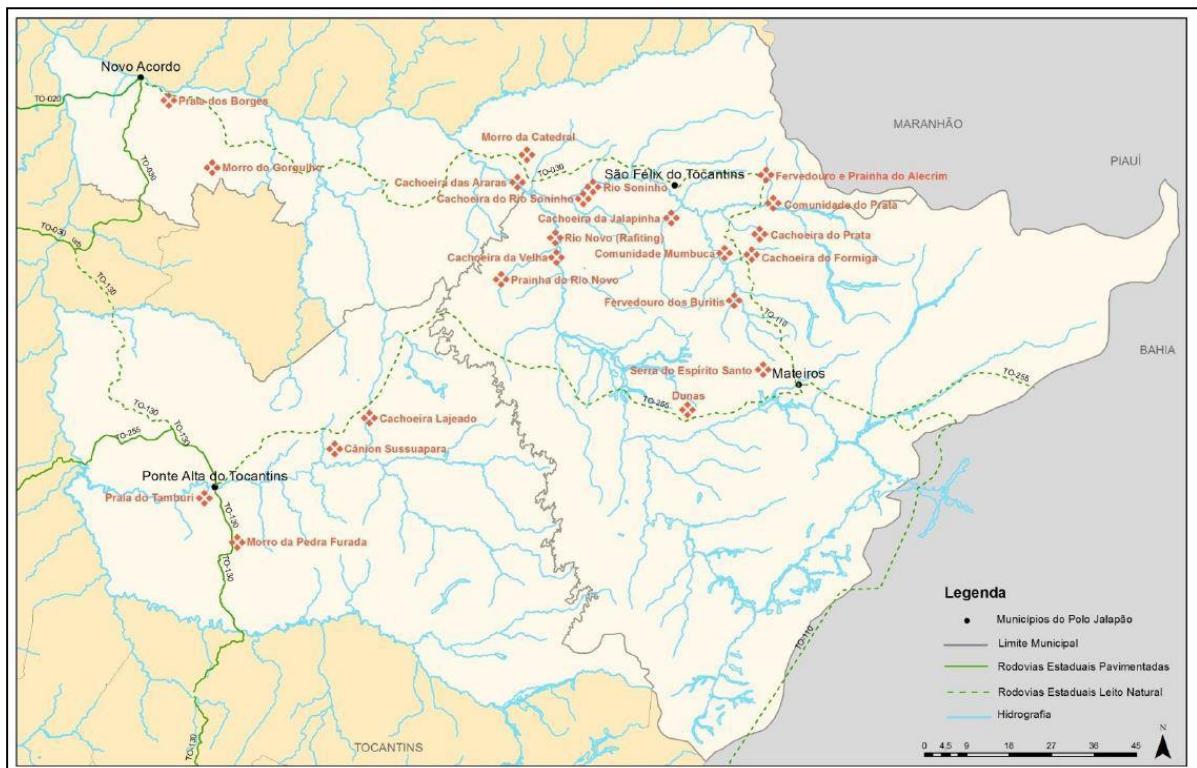


Figura 1: Mapa dos atrativos turísticos do Jalapão.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Atualmente, o Programa de Regionalização do Turismo está referenciado nos princípios norteadores do atual Plano Nacional de Turismo “Mais emprego e renda para o Brasil” (2018 – 2022). De acordo com as Diretrizes Políticas do Programa regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora regional capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Na linha de investimentos no turismo da região tem-se o Investe Turismo, desenvolvido conjuntamente pelo Ministério do Turismo, SEBRAE Nacional e Embratur e prevendo investimentos de cerca de R\$ 200 milhões em todo o país, tendo como foco um amplo pacote de investimentos, incentivos a novos negócios, acesso ao crédito, melhoria de serviços, inovação e marketing voltados para o setor de Turismo com o objetivo de acelerar o desenvolvimento, aumentar a qualidade e a competitividade em 30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil com foco na geração de empregos (MINISTÉRIO DO TURISMO; SEBRAE; EMBRATUR, 2019).

As rotas foram contempladas com um pacote de ações organizadas em quatro linhas de atuação: I) fortalecimento da governança; II) melhoria dos serviços

e atrativos turísticos; III) atração de investimentos e apoio ao acesso a serviços financeiros; e IV) marketing turístico e apoio à comercialização. As rotas foram compostas apenas por destinos que estão no Mapa Brasileiro do Turismo 2018¹, com categorias A, B, C ou D. Destinos com categoria D foram inseridos, em caráter de exceção, nos casos em que sua oferta turística é integrada ou complementar aos municípios A, B ou C (MINISTÉRIO DO TURISMO; SEBRAE; EMBRATUR, 2019).

O programa prevê a entrega de um Plano Integrado de Posicionamento de Imagem do Brasil, um Plano Nacional de Atração de Investimentos e também a implantação de um Mapa do Turismo Inteligente. Prevista no Plano Nacional de Turismo 2018/2022, a primeira ação tem como foco identificar e definir um novo posicionamento do Brasil como destino turístico.

No estado do Tocantins duas regiões turísticas e quatro municípios foram contemplados pelo programa Investe Turismo, uma na região turística “Serras e Lago”, com a capital Palmas, e outra na região turística “Encantos do Jalapão”, com os municípios de Mateiros, Ponte Alta e São Felix do Tocantins (MINISTÉRIO DO TURISMO; SEBRAE; EMBRATUR, 2019).

Concordamos com Souza (2006) quando afirma que a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja consolidada por meio dos governos, não necessariamente se restringindo a participantes formais, tendo os participantes informais um importante papel. Nesse sentido, Cruz (2002) afirma que na carência da política pública, o turismo se estabelece à revelia, ao acaso, por iniciativas de interesses predominantemente particulares, relegando um papel secundário à sociedade local que, via de regra, será diretamente afetada e por vezes excluída dos benefícios da atividade turística e também na ação das políticas públicas. Esse contexto demonstra a importância das políticas públicas, pois fornecem um arcabouço capaz de auxiliar a tomada de decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo em uma dada região turística, tendo o papel de nortear o desenvolvimento sustentável do setor.

Destacamos sobre a região Encantos do Jalapão, ainda que de forma geral, o registro histórico da visitação, sendo que a partir do ano de 2012 foram registrados 6.464 turistas, enquanto nos anos de 2018 e 2019 foram registrados 34.572 e 38.470 mil turistas respectivamente, alcançando em 2021 o registro de 58.644 mil turistas, maior número da série (Figura 2).

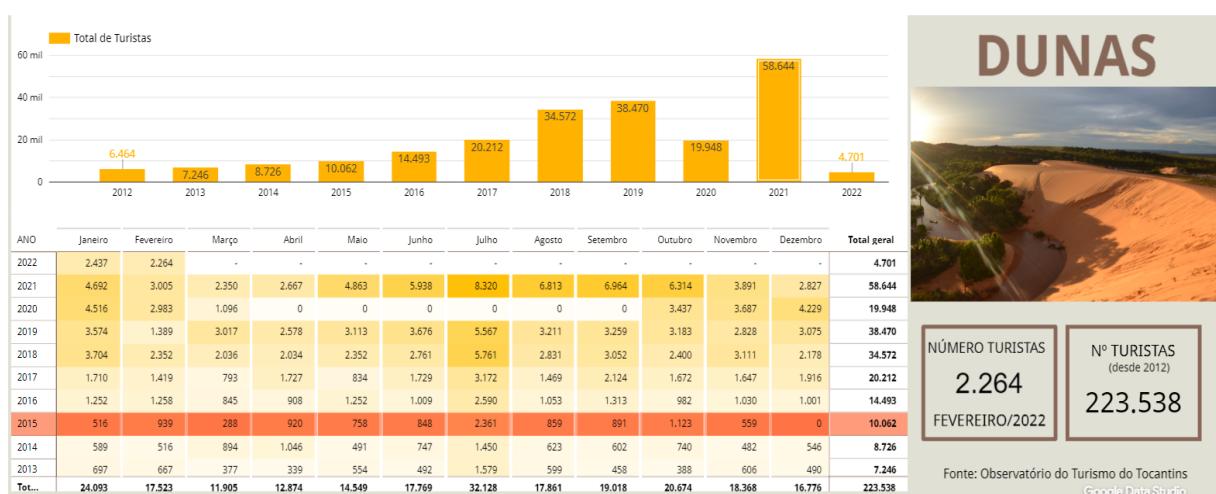


Figura 2: Fluxo Turístico do Jalapão
Fonte: Tocantins (2022a).

Esses dados corroboram com a percepção dos comunitários entrevistados, que destacaram o aumento da visitação turística e consequentemente da comercialização do artesanato em capim dourado, além da maior demanda por prestação de serviços que envolve a atividade turística aquecendo a economia local.

Percepções das comunidades sobre o turismo

Nesse artigo, buscou-se verificar de que modo os comunitários percebem os aspectos da atividade turística que ocorre no território do Jalapão. No conjunto dessas comunidades, observamos como se apresentam essas percepções e como esses sujeitos interpretam os agenciamentos turísticos e culturais, operados tanto pelas instituições governamentais quanto pelo mercado turístico. E a partir dessa interação entre esses atores endógenos e exógenos, averiguamos quais as tensões são fruto da atividade turística propriamente dita, bem como, como esses comunitários têm observado a dinâmica do *trade* turístico no território.

Turismo comunitário e o turismo de base comunitária

Em relação ao turismo comunitário e de base comunitária, buscamos identificar junto aos comunitários quais as suas percepções sobre esses modelos de turismo e como se percebem inseridos na dinâmica do mercado turístico que se desenvolve no território. Nesse contexto, Coriolano (2009) trata o Turismo de Base Comunitária (TBC) como um modelo de turismo que é feito de forma convencional e de forma comunitária, a depender dos atores envolvidos na atividade, enquanto o Ministério do Turismo conceitua o Turismo de Base Comunitária como um modelo de desenvolvimento turístico orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando a apropriação dos benefícios advindos da atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008a).

Para Maldonado (2009), o Turismo de Base Comunitária se caracteriza como um segmento de mercado turístico especializado destinado a pequenos grupos de viajantes em busca de experiências novas e enriquecedoras que valorizam as vivências culturais endógenas e a paisagem natural preservada, aliadas a um pagamento justo das atividades oferecidas pela comunidade receptora.

Mediante os conceitos apresentados, destacamos algumas percepções das comunidades pesquisadas:

Então, turismo de base comunitária é isso né é uma conexão que vem mostrar para as pessoas né o que tem dentro da comunidade [...] as pessoas que venham conhecer a comunidade né. De uma forma que transforma elas, porque quando que eu vejo assim, quando elas saem do Jalapão elas querem voltar e falam: quero voltar, quero voltar [...] mas porque ela teve aquela experiência, teve aquele momento da comunidade, e de alguma forma transformou aquela pessoa.²

Eu trabalho já há uns cinco anos com turismo de base comunitário, é um outro trabalho mais difícil ainda do que turismo no Jalapão, porque o turismo de base comunitário, ele não é um turismo que vai

ficar rico porque é um público selecionado que vai visitar a comunidade.³

Então, isso é muito importante você ver o turismo como atividade social, cultural, de troca, de conhecimento, de compartilhar, de confluenciar ideias, de construção também assim, que eu acho que uma das coisas mais interessante de poder acolher o turista, sendo aqui um roteiro, é que a gente fica com parte dessa pessoa aqui, né. Fica com parte ideológica, a parte cultural, da vivência, experiência e ao mesmo tempo ele leva também da gente um pouco.⁴

Eu acho que a gente já fazia isso e não sabia que estava fazendo esse turismo comunitário. A gente já fazia, porque quando vinha as agências, a gente fazia fogueira, tinha vivência na comunidade, ia contar história, ia em Santinha ouvir as músicas, ia no Maurício e fazia esse turismo de base comunitária. A gente já fazia, só que a gente não sabia o que estava fazendo e agora nós sabemos que isso é um turismo de base comunitária e que precisa ser organizado.⁵

Observa-se que as comunidades tem reconhecido na sua cultura, um recurso para o desenvolvimento local, utilizando esse elemento como estratégia a seu favor, na inserção e protagonismo na atividade turística desenvolvida no Jalapão. (SANTOS; SILVA; COELHO, 2019).

O turismo de base comunitária brasileiro ainda compartilha casos de lutas por direitos sociais e pela conservação dos recursos naturais que são a base da subsistência de diversas comunidades, além da luta pela terra, luta pelo direito a memória cultural e a luta por educação. São algumas das constatações alcançadas por averiguação empírica (SANSOLO, 2003; BURSZTYN, 2005; ROCHA, 2003; CORIOLANO, 2003; IRVING, AZEVEDO, 2002; dentre outros) apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 150). O que observamos confirmado nas falas de algumas entrevistas:

Eu tenho medo como associação, tenho medo, porque uma hora uma pessoa dessa compra uma terra começar ditar novas regras, porque assim, a gente tem um caminho de ir pra criar acesso àquele lugar, e se esse dono comprar e resolver isolar esse caminho. E aí como é que a gente vai chegar lá naquela vereda colher capim? Moço, é problema demais.⁶

Eu acho que a existe uma expectativa de que cada dia mais vai ter menos oportunidades para quem é nativo. Quanto mais o Jalapão vai se tornando conhecido mais pessoas vem adquirir terras e tal. Então, existe uma expectativa também de perceber que o ambiente para os nativos que não tem condição de investimento cada dia mais está se diminuindo.⁷

Os territórios, meu território, a parte da área que eu tenho direito eu não posso começar do zero, não posso vender, eu posso ir pra qualquer lugar do mundo e eu vou saber que os meus descendentes continuarão com essa terra.⁸

Uma educação de turismo tradicionais, talvez isso você trazer esse debate dentro da escola, mas a importância desse turismo [...] fazer esse debate sobre o turismo dentro da comunidade, como política pública do município, trazer pessoas que trata desse tema de identidade, vários temas, a educação popular.⁹

Um conceito do modo organizativo que nos chamou a atenção enquanto estratégia, e que contribui para discussão do turismo de base comunitária, aborda a diferença do que é individual e do que é comunitário e coletivo. Na percepção dos entrevistados, de modo singular, se a ação está sendo realizada na comunidade, então ela é entendida pelos sujeitos como comunitária, ainda que seja realizada por um integrante do grupo de forma individual. Nesse caso, o comunitário estaria para além da lógica exógena, que define como comunitário somente o que é realizado em conjunto pelo grupo, o que limita sobremaneira os arranjos organizativos numa sociedade estimulada a competir. Essa forma de compreender e agir comunitário seria, de certa maneira, o *ethos* que mantém a coesão do grupo.

Destacamos algumas percepções nesse sentido:

[...] qualquer ação feita na comunidade é de alguma forma comunitária, mesmo de forma individual. Porque o conceito do que é individual e o que é comunitário, pra nós é diferente do que se pregam por aí, no sentido de que nem tudo é de todos, mas ao mesmo tempo tem responsabilidade, todos levam carregam um pouco de responsabilidade com a comunidade. Então, é muito pertinente pensar sobre isso. Que pra ser comunitário não precisa ser de todos, mas que precisa acontecer na comunidade. Isso a comunidade entende como uma experiência que é da comunidade de alguma forma.¹⁰

Quando você tem um restaurante que é tratado como um turismo de base comunitária, com a rotatividade de pessoas para cozinhar e atender, quando você tem umas casas que são rodadas, uma pessoa fica na sua casa, e depois fica na outra, então isso já é pensar no coletivo acho que isso a gente traz muito suporte e pensamento de pensar no coletivo, a própria construção da associação do artesanato é você pensar no coletivo.¹¹

Analizando a atividade turística, se por um lado a lógica econômica do turismo convencional tem alterado a dinâmica comunitária, influenciando nos costumes tradicionais por meio da possibilidade do consumo de tecnologias e hábitos globalizados; por outro, de forma positiva no turismo comunitário, o turista que vem de um meio individualista (grandes centros urbanos) é modificado a partir da vivência/convivência comunitária, como tem sido relatado em diversas entrevistas, o que nos desperta atenção sobre essa *alternância relacional* de protagonismo.

De alguma forma ocorre uma relação para além da monetária. Uma troca onde esse sujeito exógeno, o turista, encontra uma motivação existencial, um olhar para dentro de si e do outro, que de certa forma preenche o vazio que a modernidade lhe imputou. Nesse caso, os aspectos de sentir marcariam os envolvidos, em grande parte porque o encontro que possibilita a expansão do ser não termina após a vivência do turista com a comunidade, ele se prolonga no recordar e sentir, como uma forma de reencontro, de se sentir parte da cosmologia das comunidades tradicionais, o que definiríamos como turismo de confluência. É por meio do ato de confluenciar que a ancestralidade dos sujeitos se reencontra e de alguma forma aflora a ponto de se tornar transformadora.

As comunidades e as tensões provocadas pela atividade turística

Ponderamos que, mesmo percebendo a atividade turística como indutora da economia local e da melhoria na qualidade de vida dos sujeitos, o que se observa é uma ressalva quanto ao temor da perda da identidade coletiva, bem como a necessidade de se buscar meios de preservar a questão identitária que os diferem do turista e que os unem enquanto comunidade, permitindo dessa forma que o “encontro” aconteça. Isso avança o que Jovchelovitch discutira: “é *no encontro que saberes sociais se produzem e são renovados laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento*” (JOVCHELOVITCH *apud* IRVING, 2009, p. 111).

O que se observa em algumas falas dos entrevistados é o receio de que a presença dos turistas altere o modo de vida local e modifiquem o sentimento comunitário substituindo-o por uma lógica mais individualista. Os interlocutores da pesquisa manifestam que o turismo trouxe mudanças, ampliou significativamente as possibilidades de acesso a bens de consumo, antes indisponíveis, por meio da promoção do comércio local, do artesanato e da geração de renda entre as famílias locais. Destacamos abaixo algumas das falas que evidenciam essa apreensão:

É o que nós somos, é o que nosso antepassado nos deixou como ensinamento, como cultura, como palavra, como se comportar e o turismo veio assim com a tecnologia vem tirando assim a tal importância do nosso ser, e a gente quer alguém que assim ó, você é valorizado, você é importante e a gente vai agregar mais algo pra você, isso é importante [...] o conhecimento que o turista que os guia, que as coisas tem, o nosso também tem que ser parelhado. Não pode ser separado pra frente, nem pra trás.¹²

Na comunidade as pessoas e os turistas respeitando sempre a tradição, respeitando sempre os mais velhos [...] hoje tá muito movimento de veículos, muitas pessoas têm que passa um velhinho na estrada, tem que ir na motinha, tem que dar aquele carinho, não pode sair atropelando essas pessoas porque sempre ali que é o convívio deles se for nativo dali ele é o jeito deles andar.¹³

É, o turismo no Jalapão é muito importante. É uma atividade extremamente importante, economicamente, né? E não só pro Jalapão, mas pro estado do Tocantins [...] dá pra gente entender que atividade de turismo é essa, é desafiadora e ao mesmo tempo é necessária, é importante.¹⁴

Ainda nessa direção, merece destaque a constatação de que o turismo proporcionou o acesso das comunidades às novas tecnologias e, de certa maneira, essas forças modernizadoras operam tensões e têm contribuído para a mudança das tradições e do modo de vida nas comunidades. Nesse sentido, Hagen (1967) *apud* Lopes (2019) discute:

a mudança das sociedades tradicionais para as sociedades de progresso tecnológico contínuo [...] e abordam que a mudança econômica impulsiona mudança social, nas relações entre dominantes e emergentes e na experiência cotidiana da vida social tradicional (HAGEN, 1967 *apud* LOPES, 2019, p. 23).

Nesse caso, observa-se como um agente negativo o turismo, ainda que esse contato com novas tecnologias possa vir por meio de outros agentes. Os entrevistados entendem que o turismo acelera esse processo, em que essa nova dinâmica coloca em risco a importância do ser, transformando o cotidiano dessas comunidades tradicionais.

Sobre a discussão do desenvolvimento da atividade turística destacamos a observação feita pelos interlocutores a respeito da dificuldade de competir no ramo do turismo com os atores exógenos ao território, devido a esses terem superioridade financeira e tecnológica, conforme relatado:

Tem um ponto bom e o ponto ruim. Eu diria sim, porque o Jalapão está sendo explorado muito mais por pessoas de fora.¹⁵

Eu acho que a existe uma expectativa de que cada dia mais vai ter menos oportunidades para quem é nativo. Quanto mais o Jalapão vai se tornando conhecido mais pessoas vem adquirir terras e tal. Então, existe uma expectativa também de perceber que o ambiente para os nativos que não tem condição de investimento cada dia mais está se diminuindo.¹⁶

Dá pra perceber que as possibilidades futurísticas são muito desafiadoras, porque quando se abre um novo empreendimento de pessoas que não são do Jalapão, se trata de que aquela terra que era do Jalapoeiro não é mais do Jalapoeiro. Então, esse Jalapoeiro já está fora desse, não só desse nicho né ele está fora de um território, de uma área que ele tinha né, de alguma forma o desafio é muito grande pensar nisso.¹⁷

Eu vejo que a preocupação deles (agencias e donos de atrativos) é só ganhar e andar e visitar, mas tem que quanto mais trazer, quanto mais fizer isso é que eles ganham. Eles tão pensando muito no dinheiro deles. Não pensa no meio ambiente, não pensa que a aquilo ali é uma vida também.¹⁸

Nossa, isso tá uma questão crítica porque o nosso capim dourado está sumindo. Aí onde é que é essa questão do fluxo do turismo, né? Que acaba com as veredas, acaba com o rio e o capim precisa, se ele não tiver água nas veredas ele não nasce não temos capim. E na nossa região mesmo lá no Prata tá acabando.¹⁹

Para alguns entrevistados a percepção é de que o turismo está sendo praticado de forma desordenada e predatória pelas empresas que operam na região e sem o devido ordenamento e fiscalização do poder público. É evidenciada a preocupação com o meio ambiente e com o uso dos recursos naturais, dada a nova dinâmica de mercado que envolve a atividade turística, uma vez que a preocupação dos agentes do turismo estaria centrada na exploração dos recursos naturais para a obtenção do lucro, sem a preocupação com a preservação desses ativos ambientais que, para as comunidades tradicionais, são fundamentais para sua reprodução cultural, social e econômica²⁰, sendo mais um fator gerador de apreensão e tensão.

Como observado por Cruz (2009, p. 86): “*O turismo como prática social é uma atividade econômica que, na maioria das vezes, impõe-se aos lugares, não se dá sobre espaços vazios e sem donos*”. Nessa análise, é observada a face capitalista da atividade turística, consolidando a lógica do mercado de ampliar o capital, se

impondo ao território e aos sujeitos endógenos, conferindo a sua dinâmica e, consequentemente, provocando tensões na relação com os sujeitos exógenos.

Ao que observamos nas falas abaixo:

Eu vejo no Jalapão como um todo um turismo ainda desordenado. Muito que tem muito a melhorar [...] vejo uma manipulação muito grande com relação as operadoras que operam aqui. Assim faz vista grossa pra um povo, para as comunidades, para as pessoas que realmente precisa. Então, tem uma manipulação aí entre trade que a gente às vezes nem entende por que acontece o tumulto nos locais e em outros não vai quase ninguém [...] então, acho que tá mal distribuído também essa questão das visitações, da divulgação, do interesse, não tá tendo um turismo coletivo. Não tá tendo um turismo, tá tendo um turismo individualista e um pouco egoísta.²¹

Gente que vem de fora e invade o Jalapão, porque aqui o Jalapoeiro tem um olhar diferente, não tem um olhar de que eu vou me enriquecer, vou ganhar dinheiro, não, as pessoas têm um olhar assim de manter, de viver, de cuidar desse lugar, não ter essa impressão assim de fluir dinheiro, de fluir prédio, de fluir.²²

No âmbito do desenvolvimento local foi relatado que as ações do poder público estariam focadas em demasia no turismo, de modo que o poder público estaria negligenciando outras áreas básicas ao desenvolvimento local no que diz respeito à educação, cultura, preservação do meio ambiente e a infraestrutura/acessibilidade da região. Tudo se resumiria ao turismo e as comunidades estariam sendo deixadas de lado, conforme relato apresentado:

Porque muitos estão pensando no turismo. Aí a educação, a cultura, a infraestrutura, como é que está? Né? Como é que está esses setores como é que estão? Tão conservando a cultura? Estão conservando a infraestrutura do ambiente. Tão tratando a educação dessa região.²³

Esse ponto específico apareceu em uma entrevista, no entanto, praticamente todos os entrevistados demandaram melhorias na infraestrutura de saúde, educação e acesso das estradas, devido ao isolamento em que a região se encontra.

Mudança relacional entre os comunitários

Um fato que se observa com o advento da atividade turística no território do Jalapão diz respeito a mudança relacional entre os comunitários, tanto da forma de reciprocidade – tese fundamental do ensaio de Mauss (2003) em que a vida social se constitui por um constante dar, receber e retribuir – quanto da nova dinâmica de mercado que tem provocado a concorrência e o individualismo entre os comunitários. O que se observa em algumas falas é o receio de o turismo alterar os modos de vida das comunidades e modificar as formas de sociabilidade substituindo-as por formas mais individualistas, o que de certa maneira já vem ocorrendo.

Esta dinâmica pode ser caracterizada pelas falas abaixo:

[...] as vezes as pessoas são muito ocupadas, não tem mais tempo pra fazer aquela visitinha que fazia uns com os outros, compartilhar as coisas como antigamente. Que todo mundo era muito junto, unidos. Então, com a vinda do capitalismo várias desuniões às vezes.²⁴

Mudou muito, a questão da preocupação, né, das pessoas, que se organizam para esperar o turista, posso dizer, não a tradição e a cultura, isso continua [...] mudou também a questão da economia né, então assim, está entrando dinheiro, está entrando grana na comunidade, então muda nesse sentido também, da parte econômica da pessoa da comunidade [...] essa questão traz conflito, existe sim mudança, porque é igual eu sempre falo pra onde tem dinheiro, né? Vem as coisas boas e as coisas ruim.²⁵

Apresenta mudanças sim, e aceleradamente, ou seja, principalmente na lógica comercial, de como a gente pensa as coisas. Como a gente pensa que é, o que a gente faria de graça assim, por amizade, a gente passa assim, por dizer, não, eu não vou mais fazer de graça. Uma conversa por exemplo com fulano já é muito cara, porque ele não tem muito tempo, ele já está envolvido com outras atividades, ele não tem mais esse tempo que ele tinha antes [...] Então, altera em vários sentidos assim, o turismo ele não altera só no sentido econômico, ele altera no sentido cultural também, o tempo que eu tinha com o João, aí ele quando ele cria a sua pousada ele já não tem mais esse tempo de conversar, então ele já vai entrar ali naquela lógica de que aquele empreendimento dele ficar melhor. [...] a dinâmica vai alterando. A bacaba, um fruto, por exemplo, que você podia pegar de graça no seu quintal, agora você não pega mais, porque tem que vender pra alguém, então, vai se alterando.²⁶

Uns quinze anos atrás era totalmente diferente de hoje, eu sou fruto da minha vó, né? De envolvimento em associação, nessas coisas. E eu lembro que a gente tinha muito negócio da vizinhança. Que que é a vizinhança? Você matou uma galinha caipira, você tira um pedaço mesmo cozido ou não pro seu vizinho. Isso se perdeu dentro da minha comunidade [...] E aí uma das coisas que eu acho que foi principal para as comunidades, foi a questão de o SEBRAE chegar dentro dizendo que você precisa trabalhar, você precisa ter lucro. E todo mundo quer ter o seu dinheiro. E as pessoas perdeu essa essência, perdeu o compartilhamento da alimentação, perdeu a vizinhança.²⁷

Tem sido bom por um lado, mas conflituoso por outro. Porque você começa a ver, as pessoas começam a ver de uma forma bem forte capitalismo, entendeu [...] se perdeu, quando eu falo se perdeu, perdeu o senso de coletividade. Agora dentro da comunidade é mais individualíssimo.²⁸

O turismo é bom, mas a paz da comunidade, o ir e vir da comunidade acabou. Isso é fato. Você não pode mais dormir com uma porta aberta. Você não pode mais dormir com uma janela aberta, porque você não sabe quem vai chegar.²⁹

No processo de desenvolvimento por meio de políticas de fomento, uma questão de destaque que aparece de forma recorrente nas entrevistas diz respeito à percepção do modo de atuação dos agentes exógenos estatais de desenvolvimento

que, na atribuição de fomentar a economia do turismo no território, privilegia o modelo capitalista de competição e concorrência para fins de aumento do capital por meio da ideologia do empreendedorismo. Desse modo,

os agenciamentos exógenos que se operam sobre a qualidade primordial da identidade dessas comunidades imprimem uma tensão nas perspectivas de sua consciência sensível formada na interação com a natureza, ao ofertarem uma ‘consciência intelectual’ (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 292 apud LOPES, 2019, p. 24).

Nos parece que essa forma de atuação unilateral dos agentes exógenos estatais de desenvolvimento, orientada por políticas, programas e projetos que por vezes chegam pré-estabelecidos, os colocam como os protagonistas do processo. Isso tem fragilizado a participação dos comunitários relegando-os a uma subalternidade a essas ações, e consequentemente, gerando tensões e resultados questionáveis.

Destacamos que as abordagens desses atores exógenos que desconsideram os modos de vida enraizados dessas comunidades tradicionais têm sido apontadas como um dos principais elementos responsáveis pela transformação negativa, no que diz respeito a perda da essência, do compartilhar, definido pela entrevistada P-1 como a essência de vizinhança.

Lopes (2019) discorre sobre o processo de reflexividade que amplia o deslocamento da experiência sensível:

Esse processo de reflexividade converge para correspondências operantes nas comunidades em torno dos termos modernização, modernidade e desenvolvimento, amplamente difundidos por agências institucionais como o SEBRAE, seja através de uma crescente classificação dos ofícios e dos artefatos culturais dessas comunidades (NERY, 2014), seja através da ideologia do empreendedorismo. Nesse sentido, o processo de reflexividade mediado pela lógica da “consciência intelectual” incorpora, progressivamente, procedimentos do raciocínio produtivo, ou instrumental, e amplia o deslocamento da experiência sensível dessas comunidades para a “consciência da sociedade industrial” (LOPES, 2019, p. 28).

Sobre a reorganização dos referenciais de comunidades em torno das políticas públicas culturais, Lifschitz (2011) desenvolve o conceito de neocomunidades, compreendendo-as como “*processos culturais em que agentes modernos operam nas formas organizativas, mateiras e simbólicas de comunidades tradicionais para reconstruir territórios, práticas e saberes a partir de técnicas e epistemos modernas*” (LIFSCHITZ, 2011, p. 102). Podemos observar que esse movimento tem ocorrido nos últimos anos nas comunidades estudadas no que tange a cultura local, especificamente nos arranjos produtivos do artesanato em capim dourado, artefato simbólico que caracteriza a cultura dessas comunidades.

Ainda nessa linha de discussão, temos apontamentos de iniciativas pontuais que remetem a mudança na forma de intervenção de agentes exógenos estatais de desenvolvimento no território, que podem vir a contribuir com o processo de desenvolvimento mais alinhado aos anseios das comunidades jalapoeiras. Esse movimento pode estar ligado ao amadurecimento por parte dos comunitários quanto à participação de projetos externos, um senso crítico quanto aos reais resultados possíveis, tanto pela longa trajetória participando dessas iniciativas quanto pelo número de comunitários que ampliaram seus estudos e adentraram ao ensino superior na última década.

Conforme observam os entrevistados:

Eles já chegavam lá preparado. A gente nem sabia o que que realmente estava acontecendo. É um projeto. Esse projeto saia, as vezes ninguém nem sabia o que que era. Hoje realmente as pessoas têm outro olhar. Chega um projeto, a gente vai discutir primeiro, tem que ter a capacitação e saber realmente se a comunidade quer ou não. Se não for bom a gente não vai participar.³⁰

Porque antes, eles chegavam com algum projeto, as pessoas não via a gente. E agora não. Eles realmente estão ouvindo a voz da comunidade. Está ouvindo o que as pessoas da comunidade precisam. Tá tendo as oficinas, as capacitações, coisa bem bacana.³¹

No decorrer da pesquisa, a questão da forma de atuação por parte dos agentes estatais de desenvolvimento apareceu de forma recorrente nas falas e, em muitos relatos, de forma negativa. No entanto, encontramos observações sobre projetos recentes que estão sendo desenvolvidos com maior participação dos comunitários.

Conclusão

A pesquisa possibilitou evidenciar as percepções dos sujeitos frente aos processos de desenvolvimento em curso no território e como a convivência com a atividade turística tem produzido alterações na maneira como passam a utilizar seus recursos sociocomunitários. Para mais aprofundamento sobre o tema sugerimos consultar Paulino (2022).³²

O estudo aponta que a atividade turística tem sido um elemento indutor importante para a melhoria da economia local e da qualidade de vida dos comunitários. No entanto, a análise mostra que a intensificação do turismo no Jalapão tem modificado, em parte, os modos de vida e os usos dos recursos sociocomunitários no território.

Para alguns entrevistados a percepção é de que o turismo está sendo praticado de forma desordenada e predatória pelas empresas que operam na região e sem o devido ordenamento e fiscalização do poder público. É evidenciada a preocupação com o meio ambiente e com o uso dos recursos naturais que, para essas comunidades tradicionais, são fundamentais para sua reprodução cultural, social e econômica, sendo mais um fator gerador de apreensão e tensões.

Para os sujeitos entrevistados a lógica econômica do turismo convencional tem alterado a dinâmica comunitária, influenciando nos costumes tradicionais, por meio da possibilidade do consumo de tecnologias e hábitos globalizados. No entanto, de forma positiva para o turismo comunitário, o turista que vem de um meio individualista (grandes centros urbanos) também é modificado a partir da vivência/convivência comunitária, como relatado em diversas entrevistas, o que nos desperta atenção sobre essa *alternância relacional* de protagonismo.

Sobre o modo organizativo das comunidades entrevistadas e que contribui para discussão do turismo de base comunitária. Destacamos a percepção dos comunitários sobre o fazer individual e o comunitário. Para os sujeitos, se a ação está sendo realizada na comunidade, então ela é entendida pelos sujeitos como comunitária, ainda que seja realizada por um integrante do grupo de forma individual. Nesse caso, o comunitário estaria para além da lógica exógena que define comunitário somente o que é realizado em conjunto pelo grupo, uma singularidade que necessita ser mais bem aprofundada.

Esse artigo se junta ao arcabouço teórico sobre a temática ampliando o espaço de diálogo entre os atores endógenos e exógenos, dialogando sobre como são construídas as percepções do turismo. E desse modo, possibilita problematizar e sistematizar as estratégias comunitárias que poderão nortear políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional do território do Jalapão.

Referências

- ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. **Bem Viver e Ecossocioeconomias**. 1a. Ed. Cuiabá: EdUFMT, 2019.
- BARTHOLO R.; BURSZTYN, I.; DELAMARO M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In:* BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.
- BRASIL. **Decreto n.º 6.040, de 7 fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- CORIOLANO, L. M. N. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. *In:* BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277- 288
- CRUZ, R. C. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.
- CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. *In:* BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 92-107.
- FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, 2016.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.) **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LOPES, J. R. Comunidades, Cultura e Desenvolvimento: Reflexões sobre a experiência do LAPCAB. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, [S./], v. 89, n. 06, p. 22-30, nov./dez. 2019.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.) **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo socialmente responsável da Praia do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.) **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**: Introdução a Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Chamada Pública MTUR n. 001/2008**: Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Comunidades protagonistas do Turismo**, 22 dez. 2010a. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/comunidades-protagonistas-do-turismo>>. Acessado em 02 de nov. de 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária**: Desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Caderno_MTur_alta_res.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO; TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS**. Polo Jalapão. Produto 6, Versão Final, Volume I e II, 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO, SEBRAE E EMBRATUR. **Programa Investe Turismo**. 1. Ed. Brasília: Ministério do Turismo, SEBRAE, EMBRATUR, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/mtur-cartilha-investe-turismo-pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**: Regionalização, Sensibilização e Mobilização. Brasília: Ministério do Turismo, 2019.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação de turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidades no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.) **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-176.

SANTOS, R.C.; SILVA, R.P.; COELHO, P.P.V. Reflexões sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento: a comunidade Mumbuca (TO) e a possibilidade do etnodesenvolvimento. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.12, n.4, ago-out 2019, pp. 353-374.

SPI; OIKOS; CHIAS MARKETNG. **Plano de Marketing Turístico Estratégico e Operacional dos Polos do Cantão, Jalapão e Palmas.** Polo Turístico do Jalapão. 2016. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/553113/>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TOCANTINS. **Boletim Trimestral de Desempenho Estadual do Turismo.** Observatório do Turismo do Estado do Tocantins, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/563926/>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

TOCANTINS. **Observatório do Turismo.** 2021. Disponível em: <https://observatorio.turismo.to.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2022

TOCANTINS. **Fluxo turístico do Jalapão.** Observatório do Turismo do Tocantins. 2022a. Disponível em: <<https://observatorio.turismo.to.gov.br/indicadores/fluxo-turistico-do-jalapao/>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

YÚDICE, G. **A convivência da cultura:** Usos da cultura na era global. 2^a. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.) **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.

Notas:

¹ Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br>

² Entrevista cedida por M-3, em 2021.

³ Entrevista cedida por M-3, em 2021.

⁴ Entrevista cedida por M-5, em 2021.

⁵ Entrevista cedida por M-6, em 2021.

⁶ Entrevista cedida por M-6, em 2021.

⁷ Entrevista cedida por M-5, em 2021.

⁸ Entrevista cedida por M-5, em 2021.

⁹ Entrevista cedida por P-1, em 2021.

¹⁰ Entrevista cedida por M-5, em 2021.

¹¹ Entrevista cedida por P-1, em 2021.

¹² Entrevista cedida por M-1, em 2021.

¹³ Entrevista cedida por M-2, em 2021.

¹⁴ Entrevista cedida por M-5, em 2021.

¹⁵ Entrevista cedida por M-1, em 2021.

¹⁶ Entrevista cedida por M-5, em 2021.

¹⁷ Entrevista cedida por M-5, em 2021.

¹⁸ Entrevista cedida por M-2, em 2021.

¹⁹ Entrevista cedida por P-3, em 2022.

²⁰ Conforme o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Territórios tradicionais, no mesmo decreto, são entendidos como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

²¹ Entrevista cedida por M-3, em 2021.

²² Entrevista cedida por M-1, em 2021.

²³ Entrevista cedida por M-1, em 2021.

²⁴ Entrevista cedida por M-3, em 2021.

²⁵ Entrevista cedida por M-4, em 2021.

²⁶ Entrevista cedida por M-5, em 2021.

²⁷ Entrevista cedida por P-1, em 2021.

²⁸ Entrevista cedida por P-1, em 2021.

²⁹ Entrevista cedida por P-1, em 2021.

³⁰ Entrevista cedida por P-3, em 2022.

³¹ Entrevista cedida por P-3, em 2022.

³² Ver: Eduardo Gomes Paulino, Turismo como estratégia de desenvolvimento: Um estudo sobre a dinâmica comunitária quilombola no território do Jalapão – Tocantins.

Eduardo Gomes Paulino: Universidade Federal do Tocantins, TO, Brasil.

E-mail: dupaulino_2@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1299234242206411>

Alex Pizzio: Universidade Federal do Tocantins, TO, Brasil.

E-mail: alexpizzio@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7037842339905679>

Data de submissão: 28 de outubro de 2022

Data de recebimento de correções: 02 de fevereiro de 2023

Data do aceite: 14 de junho de 2023

Avaliado anonimamente